

*Kairós* questiona os absolutismos históricos, previne contra idealismos na prática política, supera os individualismos na vivência religiosa, possibilita uma consciência e motiva a ação para o surgimento do novo na realidade histórica. Daí, a relevância para o contexto teológico atual.

Estas reflexões indicam a impossibilidade da construção histórica de uma sociedade igualitária, sem exploração, alienação e dominação, mas não refutam esta utopia ou o abandono das lutas e da opção pelos empobrecidos. Trata-se de, por um lado, reconhecer os limites humanos na realização dos sonhos e, por outro, a capacidade de sonhar para além das capacidades humanas, como testemunha a experiência de Jesus, em especial na fragilidade da Cruz.

A tarefa de anúncio do Reino de Deus que reconheça a transcendência dele, que fortaleça a fé escatológica de que o próprio Deus realizará em

plenitude os sonhos humanos e que dimensione a ação humana ativa e solidária no mundo, constitui elemento fundamental para a crítica das pretensões idolátricas que, por vezes, se achegam às propostas religiosas.

As reflexões teológicas latino-americanas acentuam a necessidade da crítica teológica às formas religiosas ou seculares de idolatria. Da conexão desta perspectiva com a de Tillich podem surgir variadas possibilidades de reflexão e de aprofundamento teológico para a atualidade.

Claudio de Oliveira Ribeiro é pastor metodista integrante de *Koinonia, Presença Ecumênica e Serviço*. É também colaborador desta *Revista de Cultura Teológica*. Endereço do autor: Rua Emília Nunes Costa, 282/202 - 25010-210 - Duque de Caxias, RJ.

## FAMÍLIA: ÉTICA E TECNOLOGIA

*Frei Dr. Bernardino Leers OFM*

A combinação de família com ética é tão antiga quanto a história da humanidade. Como rede de relações de consangüinidade e afinidade, a família se desenvolveu de várias maneiras conforme culturas e épocas. Hoje em dia, suas mudanças estruturais e funcionais são profundas, provocando crises e conflitos em muitos lares. Mas a palavra tradicional continua conhecida e muito usada e sua imagem ou idéia permanece estável. Desde o tabu do incesto, muitas leis e normas de ordem ética, proibições, deveres e tolerância foram colocados em redor da vida familiar para proteger seus valores e virtudes. Começando com os primeiros códigos de Hamurabi e do Egito e o decálogo judaico até as legislações modernas e tratados de moral, uma história longa interliga família e ética.

A novidade no título e no tempo é a palavra tecnologia. De origem grega o termo abrange tudo o que o *homo faber* inventa e faz por meio do material que a natureza lhe fornece e que ele trabalha, criando cultura, desde as primeiras ferramentas até o *high-tec* da atualidade. Em relação à vida familiar, o termo inclui todas as técnicas formadas, experimentadas e aplicadas em relação principalmente a duas áreas: a procriação humana (contracepção, aborto provocado,

reprodução humana artificial, pesquisas de embriões em laboratórios, "mãe-de-aluguel") e a eutanásia, originalmente a arte de bem morrer. Uma sociologia da família incluiria toda gama de influência que a vida dentro de casa e o relacionamento mútuo sofrem todos os dias por causa dos programas de televisão e rádio, de vídeos e de artigos ilustrados de revistas que entram e condicionam a própria sensibilidade e formação ética dos adultos, adolescentes e crianças. Os sistemas de comunicação social incluem um teor alto de técnica. No entanto, embora criem problemas éticos ficarão aqui fora de consideração.

A tecnologia está evoluindo em um contexto cultural especial: a autonomia das ciências empíricas, que muitas vezes se isolam em seu saber por causa da fragmentação dos conhecimentos especializados modernos, e a secularização que privatiza qualquer convicção religiosa, senão nega a influência do "preconceito" religioso sobre a atividade científica. Embora no Brasil o número de cidadãos que se declaram pertencer a alguma religião e crêem em Deus ou forças superiores seja majoritário, exatamente diante das novidades técnicas na área familiar não se pode mais esperar o seguimento fiel das diretivas das lide-

ranças religiosas, cujo poder as consciências e práticas de seus seguidores têm diminuído bastante.

Os problemas éticos que as descobertas técnicas causam na vida familiar e que encontram respostas na doutrina oficial do catolicismo atual são percebidos e enfrentados em função da visão fundamental da fé e da confiança em Deus, origem e norma da vida humana, de que três princípios éticos se derivam: o respeito pela pessoa humana; o respeito pela família; a eticidade da práxis científica.

### 1. A FÉ FIDUCIAL COMUNITÁRIA NO DEUS DE NOSSOS PAIS

Em toda a Bíblia e toda a história do catolicismo, a aliança entre Deus e o povo predomina na vida e na práxis dos fiéis, ao menos em teoria e em termos de explicação e sentido fundante da existência humana e do universo cósmico. Nas primeiras páginas do Gênesis, o senso de sermos criaturas se expressa em duas narrações, cujo temário volta várias vezes nos salmos e outras orações e cânticos de louvor. É Deus quem criou o universo, organizou a terra, instituiu o tempo de dias e noites e, com especial destaque, criou o ser humano à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher ele os criou. Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e administrai-a; e Deus viu tudo o que tinha feito; e era muito bom (Gn 1). De modo mais bonito ainda,

Deus mesmo une o homem e a mulher; juntando a imagem do oleiro que trabalha com a argila do solo e a imagem do pai-padrinho de casamento. Gn 2 deixa mesmo apresentar a mulher ao homem que reconhece nela “osso de meus ossos e carne de minha carne”. Por isso, o homem deixa seu pai e a sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tornam uma só carne. Se os casamentos se repetem e as famílias continuam de geração à geração, a base está na fé em Deus criador e Senhor de toda a realidade que forma o universo onde os seres humanos ocupam lugar e responsabilidade especiais, porque receberam a liberdade e a criatividade de instituir uniões familiares, sociedades humanas e de cultivar a terra para se alimentar e trabalhar para o bem-estar de todas as criaturas.

Esta convicção da fé em Deus não somente se expressa muitas vezes nas páginas da Bíblia, mas também na teologia e na mística que se desenvolveram nas regiões em que o catolicismo se divulgou no Oriente e no Ocidente. Enquanto os tratados tecnológicos medievais geralmente são bastante racionais e secos, os textos dos místicos, estes gênios da vivência de Deus, vibram de entusiasmo e intensidade. Exemplo disso, Francisco de Assis oferece em sua regra não bulada: “Amemos de todo o coração, com toda a alma, com todo o espírito, com toda a nossa capacidade e força, com todas as virtu-

*des do espírito e do corpo, com todo empenho, todo afeto, todas as entranhas, todos os desejos e vontades, o Senhor nosso Deus, que nos deu e nos dá a todos nós, todo o nosso corpo, todas a nossa alma e toda a nossa vida, que nos criou e nos remiu e só por sua misericórdia nos salvará... Outra coisa não desejemos, nem queiramos; nem nos agrade, nem nos alegre senão o nosso Criador e Redentor e Salvador, o único e verdadeiro Deus, que é bem pleno, o bem todo, o bem inteiro, o sumo e verdadeiro bem, que só Ele é bom, carinhoso e meigo, suave e doce, que só Ele é santo, justo, verdadeiro e reto, só Ele benigno, inocente e puro; dele, por Ele e Nele, todo perdão, toda graça, toda a glória”.*

Por toda tradição judaico-cristã, porém, um traço de noite e de escuridão perpassa a comunicação entre Deus e o ser humano, uma luta misteriosa que Jacó experimentou (Gn 32). O mistério de Deus não é posse ou propriedade de ninguém. O que Jó, o grande sofredor, viveu e os salmistas e profetas repetem nas horas de amargura e desilusão e os místicos conhecem na experiência profunda da noite em que Deus se esconde e parece rejeitar o ser humano para sempre, esquecendo-se de ter piedade (S 76), pertence à fé vivida que, em certos momentos ou períodos, perde o rumo, como quem

anda perdido no sertão em uma noite sem luz alguma ou na neblina densa que deforma tudo e não deixa reconhecer nada.

Se de um lado, o tema do Deus escondido e em completo silêncio faz parte da experiência humana religiosa, doutro, apresenta um desafio aos seres humanos e abre uma brecha para a inventividade e responsabilidade criativa humana também enquanto desenvolve a tecnologia. O abandono de Deus que parece não se comunicar mais e talvez provoque dúvidas cruciais de sua existência, tem em seu verso um apelo aos próprios homens para explorarem a fundo os talentos que receberam do Criador e assumirem a missão abençoada de organizar a sociedade, cuidar da terra e de seu bem-estar comum e de crescer e se multiplicar, criando família, conforme as condições históricas e limitações humanas presentes. Antes de Max Weber cunhar o termo de desencantamento do mundo, a Bíblia já conhecia a experiência do desaparecimento de Deus que abre o campo para a liberdade humana criativa de usar sua inteligência e sua força decisória responsável para conservar e melhorar a qualidade de vida da humanidade na terra, pequena parcela do universo gigantesco, que cerca a existência humana passageira. Aqui a expressão paradoxal de Agostinho e Hippo se repete: o homem há de agradecer, como se Deus fizesse tudo, e trabalhar, como se Deus não existisse.

## 2. ATITUDES DERIVADAS

Neste claro-escuro do mistério de Deus, presente e escondido, e da fé e fidelidade praticada pelas suas criaturas humanas, três atitudes fundamentais se formam e se tornam inteligíveis: o respeito pelas pessoas humanas, o respeito pela família (casamento e sexualidade) e a eticidade da práxis científica. Nestas três, a doutrina católica se deixa condensar.

### 2.1. O respeito por todas as pessoas humanas

Conforme as Sagradas Escrituras ensinam, é pela luz do mistério divino que a pessoa humana se reconhece um ser criado à imagem de Deus, com capacidade de conhecer e amar seu Criador e de cumprir a tarefa de organizar sua convivência social e administrar a riqueza e fertilidade da terra, glorificando a Deus e cuidando do bem-estar de seus semelhantes (GS 12). Depois de tanta violência, miséria, destruição de vidas humanas, corrupção e abuso do poder político, econômico e científico que o gênero humano continua sofrendo em seus membros, talvez seja difícil apreciar a admiração profunda do salmista pelo ser humano: *“Quando vejo o céu, obra dos teus dedos, a lua e as estrelas que fixastes, que é mortal, para dele te lembrares, e um filho de Adão que venhas visitá-lo? E o fizeste pouco menos do que um Deus, sob seus pés de glória e*

*beleza. Para que domine as obras de tuas mãos, sob seus pés tudo colocastes”* (S. 8). Mas o princípio ético que fica um constante na doutrina católica é: respeitar qualquer pessoa humana por causa de sua dignidade de ser criatura de Deus, criada para a liberdade.

*“Não é bom que o homem esteja só”* (Gn 2,18). Desde o início, Deus não quer o homem solitário e isolado, mas *“os criou homem e mulher”* (Gn 1, 27). Pela mediação de homens e mulheres é que novos seres humanos são concebidos e nascem neste mundo. Em seu crescimento lento, são ajudados pelos pais, parentes, vizinhos, professores e outros tantos, porque sem relações e trocas com outros não podem sobreviver nem desenvolver seus talentos e qualidades. A língua e os costumes que o indivíduo aprende, a consciência ética que forma, o lugar na sociedade que arranja, os alimentos que compra, a casa em que mora são condições de vida e sobrevivência indispensáveis. As pessoas supõem uma sociedade que talvez seja tão primitiva como uma tribo de índios, mas que funcione no contexto político, econômico e cultural e no campo de trocas em que todos participem em grau maior ou menor, até os excluídos.

Pelos abusos do dom da liberdade, a imagem das pessoas humanas talvez seja na realidade como um espelho quebrado. Sociedade humana significa pluralidade e alteridade em idé-

as, convicções e atitudes. Cada pessoa é uma só, singular em seu modo de viver e agir, diferente em qualidades físicas e mentais, em cultura, cor, sexo, posição social, posses, consciência moral e religião. Mas na medida em que as pessoas crescem, também experimentam sua ambivalência interna de fazer o que não querem e de querer o que não fazem, de desejar o que não é permitido e permitir o que não convém. O mistério da iniquidade que se manifesta em tantas formas de injustiça, prepotência, abuso e violência para com os outros acompanha a humanidade desde os tempos primórdios. Tentação e pecado, fraqueza e malícia fazem parte da vida tanto quanto a generosidade e o sacrifício pelo bem do outro, a dedicação, a fidelidade e o amor humanos. E o clássico teatro grego formulou a pergunta de sempre: quem é a vítima, quem é o assassino?

Para um católico, o protótipo da dignidade e eticidade da pessoa humana é Jesus, o Cristo, porque responde pela sua vida às necessidades mais profundas dos outros seres humanos e abre pela esperança o horizonte estreito da vida passageira na terra. Conforme o Concílio Vaticano II, ele é pela sua obediência o *Alpha* e *Omega* da história humana que Deus em seu amor e misericórdia escreve com a humanidade, apesar das “prostituições” desta, na terminologia dos profetas. Ele sabe escrever reto em linhas tortas, diz o povo, mas às vezes

parece escrever torto em linha retas humanas, levando suas criaturas racionais a rever e virar suas conclusões racionais.

### 2.2. A dignidade da vida familiar

As normas que o Decálogo dedica à vida familiar e os conselhos, orientações e exemplos, colecionados nos livros sapienciais, encontram sua essência e espinha dorsal na criatividade de Deus que introduziu no gênero humano a diversidade de homem e mulher que se reconhecem face a face e que Ele abençoou para crescerem e criarem sua família. A Abraão, Iahweh deu a promessa de cumulá-lo de bênçãos e dar-lhe uma descendência tão numerosa quanto as estrelas do céu e a areia que está na praia do mar. O primeiro passo do cumprimento desta promessa fez Sara dizer satisfeita: Deus me deu motivo de riso; todos os que souberem rirão comigo (Gn 22, 17; 21,6). De casamento, genealogias, fatos da vida familiar, como também conflitos e desvios humanos, as páginas da Bíblia estão cheias.

Para os católicos vale a palavra que o Papa João Paulo II tem escrito depois do Sínodo dos Bispos em 1981: criando-a à sua imagem e conservando-a continuamente no ser, Deus escreve na humanidade de homem e da mulher a vocação e, assim, a capacidade e a responsabilidade do amor e

da comunhão. O amor é, portanto, a vocação fundamental e originária do ser humano. Enquanto pessoa encarnada, espírito e corpo, o ser humano é chamado ao amor nesta sua totalidade unificada. Por conseqüência, a sexualidade, mediante a qual o homem e a mulher se doam um ao outro com os atos próprios e exclusivos dos esposos não é, em absoluto, algo puramente biológico, mas diz respeito ao núcleo íntimo da pessoa humana como tal. Esta se realiza de maneira verdadeiramente humana, somente se é parte integral do amor com o qual homem e mulher se empenham totalmente um para com o outro até a morte. A doação física total seria falsa se não fosse sinal e fruto da doação total, na qual toda a pessoa, mesmo na sua dimensão temporal, está presente: se a pessoa se reservasse alguma coisa ou a possibilidade de decidir de modo diferente para o futuro, só por isto já não se doaria totalmente.

Esta totalidade, pedida pelo amor conjugal, corresponde também às exigências de uma fecundidade responsável que, orientada como está para a geração de um ser humano, supera por sua própria natureza a ordem puramente biológica, abarcando um conjunto de valores pessoais, para cujo crescimento harmonioso é necessário o estável e concorde contributo dos pais. O único lugar em que torna possível esta doação segundo a sua verdade total é o matrimônio, ou seja, o pacto de amor conjugal ou escolha

consciente e livre, com a qual o homem e a mulher recebem a comunhão íntima de vida e de amor, querida pelo próprio Deus, que só esta luz manifesta o seu verdadeiro significado. A instituição matrimonial não é uma ingerência indevida da sociedade ou da autoridade, nem a imposição extrínseca de uma forma, mas uma exigência interior do pacto de amor conjugal que, publicamente, se afirma como único e exclusivo para que seja vivida, assim, a plena fidelidade ao desígnio do Deus criador (FC 11). Assim, a bênção de crescer e de multiplicar-se, dirigida desde o princípio ao homem e à mulher, atinge a sua plena verdade e a sua integral realização (FC 15).

O idealismo ético, porém, que estes textos irradiam pela configuração do homem perfeito e da mulher perfeita em seu amor conjugal perfeito colide, constantemente, com limitações humanas presentes que, por isso, não se justificam, mas fazem parte do "material" humano, demasiadamente humano, com que os casais reais de carne e ossos formam sua vida comum e procedem na criação de suas famílias. Na cultura dominante atual a sexualidade humana é apresentada como objeto de fácil prazer momentâneo com publicidade ampla nos meios sociais de comunicação que fazem do amor humano algo superficial e passageiro. Nem a tragédia fatal da AIDS levou a reflexão além da camisinha. No lugar da proteção tra-

dicional, o Estado e a sociedade privatizam a vida conjugal e familiar sempre mais, tornando a família nuclear moderna extremamente vulnerável e dependente da política econômica e salarial, do mercado de trabalho, do sistema de ensino e da previdência social. A mistura coletiva de limitar o número de filhos e prolongar ao máximo a vida pessoal faz a população envelhecer rapidamente, formando um contraste com os procedimentos individuais da reprodução humana artificial e da eutanásia que quer decidir a hora da morte, interrompendo a vida humana que resta. Pela migração e rapidez das mudanças sócio-culturais, a família se tornou muito exposta a conflitos e rupturas que, evidentemente, não correspondem ao ideal ético nem aos sonhos sonhados e que, muitas vezes, são difíceis, se não impossíveis de consertar.

### 2.3. A *eticidade da práxis científica*

Em seu conjunto, a tecnologia aplicada diretamente à vida humana é uma invenção e construção como tal, que vence e ultrapassa os limites da natureza física e biológica do homem pela racionalidade criativa e científica. A ligação estreita à inteligência e ao trabalho de pessoas humanas que produzem e desenvolvem a tecnologia faz com que seus produtos e resultados levem a marca e as características de seus agentes produtores, ocu-

pados com seus projetos e experimentando soluções de problemas seus ou de outros. Nestas histórias de descobertas humanas a surpresa não falta, como aconteceu por exemplo com Ogino e Knaus que estavam procurando uma técnica de curar a esterilidade feminina e terminaram por formular um método de restringir a natalidade. Outra vez, efeitos colaterais trágicos de um remédio somente se manifestam depois de ampla distribuição e uso freqüente, como foi o caso da Talidomida (Softenon). Seja uma descoberta por acaso, seja resultado de longas pesquisas exaustivas, o progresso da tecnologia é sempre também questão de grandes investimentos, interesses pessoais e financeiros e repercussões do mercado e da propaganda comercial que tem seu próprio peso na qualificação ética social.

Agindo com sua consciência moral e senso de responsabilidade, o cientista é um sujeito-agente ético, capaz de criar técnicas boas ou más, valores ou prejuízos para a humanidade. Como qualquer atividade humana intencional e livre, a procura e a comercialização de novas técnicas no âmbito familiar precisam de discernimento ético em prol do bem-estar de todos; à luz da fé, recebem seu significado mais profundo e seu julgamento de Deus, Criador e Senhor do universo e de suas criaturas especiais, os seres humanos. De novo, as principais páginas da Bíblia já iluminam a ambivalência dos agentes e

produtores humanos. Criando o homem e a mulher Deus viu realizado seu plano de amor em relação aos seres humanos. Mas logo duas marcas seguem para sensibilizar a reflexão ética: a infidelidade de Adão e Eva, abusando do dom de sua liberdade, e o símbolo eterno de toda a violência: Caim matou seu irmão Abel. No agir humano, a bondade e o amor de Deus encontram respostas dignas para a felicidade e a paz na sociedade; doutro lado, pela história toda, levantam-se a malícia e a fraqueza humana que não resistem à tentação do orgulho, da autonomia do poder e seus abusos tantas vezes repetidos.

Em toda a tradição judaico-cristã, a duplicidade do bem e do mal éticos se manifesta de mil maneiras nos agentes humanos e forma a base da evolução das normas e proibições morais codificadas já nas dez palavras de Moisés e guardadas nas sabenças e práticas do povo. Com a acumulação das experiências existenciais e a iluminação e revelação de Deus, os seres humanos têm desenvolvido seu senso crítico, sua capacidade de discernir, mais do que nunca necessária quando os problemas vitais se multiplicam pelo assim chamado progresso das ciências bem como a distribuição péssima de conhecimentos e poder pelo mundo. Até a Segunda Guerra Mundial talvez a crença em um progresso sem males da humanidade inteira tenha sido ainda possível. O Holocausto, Hiroshima e

Neurenberg destruíram esta miragem de rotular qualquer novidade científica ou invenção técnica de progresso para o bem da humanidade. Os latinos antigos conheciam o ditado: "quis bene distinguit, bene docet". Hoje em dia vale: quem bem distingue, age bem, melhora a sua vida e a vida dos outros, porque há "progressos" que destroem a vida humana e excluem seres e povos inteiros, criando contrastes gritantes e injustos entre uma elite que se apropria dos avanços em prejuízo do "resto" marginalizado.

### 3. PROBLEMAS ESPECÍFICOS DA TECNOLOGIA NA FAMÍLIA

Em suas tomadas de posição diante dos problemas éticos, causados por descobertas e novidades científicas e tecnológicas na área da vida familiar, a Igreja Católica se baseia nos três princípios do valor intocável da pessoa humana, da dignidade da família e da eticidade da práxis científica. Por sua vez, estes três princípios estão fundados na experiência vivida e profunda da fé e confiança em Deus, Criador e Senhor do universo, incluindo o gênero humano e sua história. Com razão, o salmista celebra Iahweh de todo coração, porque justiça e verdade são as obras de suas mãos, de modo que o princípio da sabedoria é temer a Iahweh, e todos os que a praticam têm bom senso (cf. S. 111). No entanto, criado para a liberdade, o ser humano pode apropriar-se do conhecimento do bem e do mal e apo-

derar-se daquilo que, em última análise, é o julgamento de Deus (Cf Gn 2,17; 3,5.22).

A esfera em que a doutrina oficial da Igreja Católica desenvolve seu discurso a respeito, está bem caracterizada por uma frase do Concílio Vaticano II: "Tudo quanto se opõe à vida, como seja toda espécie de homicídio, genocídio, aborto, eutanásia e suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, as torturas corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas,... Todas estas coisas e outras semelhantes são infamantes; ao mesmo tempo que corrompem a civilização humana, desonram mais aqueles que assim procedem, do que os que padecem injustamente e ofendem gravemente a honra devida ao Criador" (GS 27). Deste modo, o contexto das decisões éticas católicas é formado pela realidade de tantos abusos, injustiças e violências que são realizados no mundo atual e subvertem a paz e segurança sociais, causando medo e intranquilidade existenciais a muitas pessoas. Tais decisões se constituem como uma antítese e um protesto diante da tese e presença da iniquidade e violência com suas inúmeras vítimas e diante da crescente anti-life mentality nos dias de hoje (FC 30)

### 3.1 Contraceção

Com exceção da continência periódica, tipo Ogino-Kanaus-Smulders, Billings etc, baseada na natureza periodicamente fértil da mulher, todos os meios e métodos que impedem a possibilidade da procriação de vida humana nova, sejam temporários ou praticamente permanentes, como a esterilização masculina e feminina, são absolutamente condenados e julgados profundamente imorais. Em sua missão de guardar e proteger a altíssima dignidade do matrimônio e a gravíssima responsabilidade da transmissão da vida humana, a Igreja ensina sua constante doutrina de que todo o uso matrimonial é por si destinado à procriação da vida humana e há de permanecer aberto a esta função principal. O amor conjugal fica plenamente humano e exclusivo, pois aberto à nova vida.

Conforme a vontade de Deus, a qual o homem não pode alterar por sua iniciativa, há uma conexão inseparável entre os dois significados do ato conjugal: o significado unitivo e o significado procriador. Por isso, um ato de amor recíproco, que prejudique a disponibilidade para transmitir a vida que Deus Criador nele inseriu, está em contradição com o desígnio constitutivo do casamento e com a vontade do Autor da vida. Usar este dom divino, destruindo o seu significado e a sua finalidade, ainda que só parcialmente, é estar em contradição com a natureza do homem, e da

mulher em sua relação íntima; e por conseguinte, é estar em contradição com o plano de Deus e com a sua vontade (HC 11-13, repetido nos demais documentos).

### 3.2. Aborto provocado

Seja seu nome aborto ou interrupção da gravidez, trata-se aqui de um valor da vida humana. Por isso, o aborto é considerado, particularmente, grave e abjurável, "crime abominável", como afirma o Concílio Vaticano II. A vida humana deve ser respeitada e protegida de maneira absoluta a partir do momento da concepção. Desde o primeiro momento de sua existência, o ser humano deve ver reconhecidos os seus direitos de pessoa, entre os quais o direito inviolável de todo ser inocente à vida. O que a biologia confirma, atualmente, já tem seus vestígios na Bíblia. "Antes mesmo de te formares no ventre materno eu te conheci; antes que saíesses do seio, eu te consagrei", disse Iahweh a Jeremias. E o salmista confessa: "Meus ossos não te foram escondidos quando eu era feito em segredo, tecido na terra mais profunda" (Jr 1,5; S 139,15; cf. Jô 10, 8-12; S 22, 10s.) No início do cristianismo já foi dado o mandamento: não matarás o embrião por aborto e não farás perecer o recém-nascido (Didaqué 2,2). Na Igreja vive a vontade clara e firme de promover, com todos os meios, e de defender contra todas as insídias a vida humana, em qualquer

condição e estado de desenvolvimento em que se encontre. A gravidade moral do aborto provocado consiste na verdade de que a pessoa eliminada é um ser humano que começa a desabrochar para a vida, isto é, o que de mais inocente e frágil, em absoluto, se possa imaginar.

O direito inalienável de todo o indivíduo humano inocente desde a sua concepção constitui um elemento constitutivo da sociedade civil e de sua legislação. Os direitos de homem não dependem dos indivíduos nem dos pais, e também não representam uma concessão da sociedade e do Estado; eles pertencem à natureza humana e são inerentes à pessoa em razão do ato criador do qual esta se origina. No momento em que uma lei positiva priva uma categoria de seres humanos da proteção que a legislação civil lhes deve dar, o Estado nega a igualdade de todos perante a lei. Quando o Estado não coloca sua força a serviço dos direitos de todos os cidadãos, particularmente dos mais fracos, os próprios fundamentos de um estado de direito estão ameaçados.

Visto que deve ser tratado como uma pessoa desde a concepção, o embrião deverá ser defendido em sua integridade; deverá ser cuidado e curado, na medida do possível, como qualquer outro ser humano. O diagnóstico pré-natal é moralmente lícito se respeitar a vida e a integridade do embrião e do feto humano, e se estiver orientado para sua salvaguarda ou sua

cura individual. Está gravemente em oposição com a lei moral quando prevê, em função dos resultados, a eventualidade de provocar um aborto. Um diagnóstico não deve ser o equivalente a uma sentença de morte. Por causa da dignidade pessoal do ser humano, de sua integridade e de sua identidade única não reiterável, são igualmente proibidas, moralmente, a produção de embriões humanos para servir de material biológico, e a intervenção sobre o patrimônio cromossômico ou genético, que não é terapêutica, mas procura produzir seres humanos selecionados segundo o sexo e outras características preestabelecidas. (CIC, 2270-2275; FC 28-30; DV 1, 2-6; EV 58-63 etc.)

### 3.3. Inseminação artificial e fertilidade *in vitro*

Pesquisa e práticas que tentam resolver problemas de esterilidade humana precisam estar a serviço da pessoa humana, de seus direitos inalienáveis, de seu bem verdadeiro e integral, de acordo com o projeto e a vontade de Deus. Por isso, as técnicas que provocam uma dissociação do parentesco, pela intervenção de uma pessoa estranha ao casal (doação de esperma ou de óvulo, empréstimo de útero = mãe substituta "de aluguel") são gravemente desonestas. A base e sustento insubstituível da procriação humana é o matrimônio válido entre um homem e uma mulher. Inseminação e fecundação ar-

tificiais heterólogas lesam o direito da criança de nascer de um pai e uma mãe conhecidos e ligados entre si pelo casamento e traem o direito exclusivo de se tornar pai e mãe somente um através do outro. Técnicas homólogas praticadas entre o casal talvez sejam menos claras a um juízo imediato, mas continuam moralmente inaceitáveis, porque dissociam o ato sexual do ato procriador. O ato fundante da existência do filho não é um ato pelo qual o homem e sua mulher se doam corporal e integralmente um ao outro. Pela técnica, a conexão inseparável entre os significados unitivo e procriativo do ato conjugal se rompe e a procriação perde sua perfeição própria natural. A vida e identidade do novo ser humano não dependem mais diretamente do amor mútuo expresso no ato da união, mas da técnica que prevalece na origem e destinação da pessoa humana. Assim, a procriação é moralmente privada da perfeição exigida pela dignidade humana.

Experimentações sobre embriões devem ser consideradas lícitas, sob a condição de que respeitem a vida e a integridade do embrião, não comportem para ele riscos desproporcionados e sejam orientadas para a sua cura e sobrevivência individual. Se embriões e fetos, porém, são apenas usados como objetos de experimentos em laboratórios, tais atos são crimes contra a sua dignidade de seres humanos que têm direito ao mesmo res-

peito devido à criança já nascida e a qualquer pessoa. A mesma condenação moral vale para o sistema que desfruta os embriões e os fetos humanos ainda vivos - às vezes "produzidos" propositalmente para este fim ou "sobrando" de uma fertilização artificial de congelados como reservas - seja como "material biológico" à disposição, seja como fornecedores de órgãos ou de tecidos para transplante no tratamento de algumas doenças. Na realidade, o assassinio de criaturas humanas inocentes, ainda que com vantagem para outras, constitui um ato absolutamente inaceitável. (DV 3; CIC 2366-2379; EV 63).

### 3.4. Eutanásia

Se na Idade Medieval este termo grego ainda significava a arte de bem morrer, a preparação humana espiritual à morte, hoje em dia recebe um significado bem mais dramático, pelo qual o homem pensa que é critério e norma de si mesmo e quer decidir seu fim terrestre com plena e total autonomia. Aqui se encontra o que o Papa João Paulo II costuma chamar de "cultura de morte". Em sentido próprio moderno, deve-se entender por eutanásia uma ação ou omissão que, por sua natureza e nas intenções, provoca a morte com o objetivo de eliminar o sofrimento, terminando a vida de alguma pessoa. Não se identifica, então, com as situações quando a morte se anuncia iminente e inevitável, em que se pode em consciência

renunciar a tratamentos que dariam somente um prolongamento precário e penoso da vida, sem contudo, interromper os cuidados normais devidos ao doente em casos semelhantes. Há, sem dúvida, a obrigação moral de se tratar e procurar curar-se, mas essa obrigação moral tem seus limites conforme os meios terapêuticos à disposição e as perspectivas de melhoramento.

As pessoas doentes, moribundas ou deficientes necessitam de um respeito especial e não de ser amparados para levarem uma vida tão normal quanto possível. O emprego de analgésicos para aliviar sofrimentos de um paciente terminal, com o efeito ou risco de abreviar seus dias, pode ser moralmente conforme à dignidade humana (se a morte não é desejada) mas somente previsto e tolerado como inevitável. Na prática, tais distinções não são facilmente operáveis. A fronteira entre vida e morte é mais difícil ainda de determinar, o que provoca problemas especiais em caso de transplante de clinicamente morto para vivo. No Brasil, o Estado parece ter-se apropriado dos declarados mortos para fins de transplante, sem respeitar os direitos e convicções das famílias dos defuntos. (CIC 2276-2279; EV 64-65 e citações).

### 4. UMA OBSERVAÇÃO FINAL

Seria uma falta de honestidade, se a exposição da doutrina oficial da Igreja Católica terminasse aqui. Em

redor da técnica que entrou na vida familiar, circula muito dinheiro, enquanto milhões de famílias nem têm as condições mínimas humanas de viver. Dentro do sistema capitalista dominante ela favorece, como aliás todo o progresso médico e biológico, mais a uma elite de posses e poder do que às massas e povos pobres. Mas o problema mais importante não é a injustiça e o desequilíbrio social econômico, mas é interno e se refere às características da doutrina mesma da Igreja Católica aqui sintetizada, que dá a impressão de ser rigorista, negativa e absolutista.

Em seu livro *Ce que je crois* (Paris: Grasset, 1985, 310), o historiador Jean Delumeau observa: "O relevo que aparece em muito documento sobre sexo, matrimônio e família parece imposto por homens que se inclinam mais para o medo, a preocupação, o "defaitismo" do que para a alegria, o amor e a boa vontade. Eles escutam as notícias ruins mais do que as boas, são mais inclinados às ameaças e às proibições do que aos apelos da liberdade e responsabilidade. As palavras da hierarquia católica são vítimas desta leitura parcial que sublinha o negativo e nega ver o positivo, que engrossa as negações e negligencia as aberturas em direção à esperança e à vida". E medo é mau conselheiro.

Mais importante é que, entre os próprios católicos e teólogos moralistas, não há "de fato" a unidade de

posição que a doutrina oficial sugere. Especialmente a respeito da contracepção e a fecundação artificial homóloga, as opiniões não são uniformes e os desejos de reformular a doutrina existem até em movimentos familiares católicos de elite. Porque na área das normas específicas (3, 1-4) a autoridade eclesiástica costuma invocar a lei natural. É bom lembrar, que o acesso ao conhecimento desta lei é questão de consciência e responsabilidade de todos os seres humanos. Mesmo onde entra a fé (1-2), vale o consenso, "o sentir sobrenatural da fé do Povo de Deus todo", como diz o Concílio Vaticano II. Na prática, a procura da verdade ética supõe a consulta, o diálogo e o processo decisório na amplitude de todos os fiéis, desde os bispos até o último dos leigos fiéis e sua experiência de vida cristã. Sem este consenso, pronunciamentos éticos se tornam facilmente autoritários.

Tanto na base da fé comunitária em Deus, quanto nos princípios da dignidade da pessoa, do valor da família e da eticidade da práxis científica, o ânimo fraco é o próprio ser humano, seu amadurecimento gradual e seu condicionamento real limitado e limitador dentro da sociedade pluralista atual em que "tudo" está à vista e à venda. Este pluralismo não pára diante da porta das famílias, mas leva para dentro posições e conflitos de idéias e atitudes entre homem e mulher, entre pais e filhos, que podem chegar até

às rupturas e separações. Contudo, o claro-escuro do ministério de Deus não traz apenas a figura do Legislador da lei perfeita, mas também a figura do Pai e Pastor cuja compreensão, paciência, benignidade de compaixão não tem limites. Dentro e fora da vida familiar, a vivência da fé fiducial estimula a prática destas virtudes para com os outros. Somente com a imposição de normas éticas não haverá paz entre os membros da mesma família humana, pois a paz que vem de Deus supõe o respeito pela

alteridade do outro, homem ou mulher, idoso ou jovem, e a capacidade de perdoar conforme a reconciliação de Deus celebrada com seu povo. O ser humano concreto em suas limitações é mais importante do que a lei que sem ele nem sentido tem.

Fre Bernardino Leers OFM, formado em Teologia (Roma) é professor de Teologia Moral e colaborador da *Revista de Cultura Teológica*. Endereço do autor:  
Caixa Postal 16  
35.500-970 - Divinópolis, MG